



JUCESP PROTOCOLO  
0.790.991/10-0



31400 200

1622180

4ºRTD-RJ - 833406  
Emol:390.94/Distrib:13,08/Lei111/06:20,20  
Mútu/ACOTERJ:9,07 / FETJ:80,80  
Lei 4.664/05:20,20 / Tot.Emol.(R\$): 534,29  
PARÂm.Vias:4 / Nome(s):3 / Págs:53  
Proc.Estr. N / Averb.N / Dilig.



R.D. 111/06 - Lei 11.111/06 - Lei 4.664/05 - Lei 11.111/06 - Lei 4.664/05 - Lei 11.111/06 - Lei 4.664/05

4º RTD - RJ  
CAPITAL

**ESCRITURA PARTICULAR DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO  
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE  
QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS  
RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA JHSF PARTICIPAÇÕES S.A.**

Por este instrumento, as partes abaixo qualificadas:

4º RTD - CAPITAL - RJ  
APRESENTADO E PROTOCOLADO EM 23/09/2010  
REGISTRADO EM MÍDIA DIGITAL Nº 833406

**JHSF PARTICIPAÇÕES S.A.**, companhia aberta com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Magalhães de Castro, 12.000, 3º andar, L5 - parte, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.294.224/0001-65, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social e doravante denominada simplesmente “Emissora”;

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira com sede na Avenida das Américas, nº 4.200, sala 514, bloco 4, Edifício Buenos Aires, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, nomeada neste instrumento, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, para representar, perante a Emissora, a comunhão dos interesses dos Debenturistas da presente emissão e doravante denominado simplesmente “Agente Fiduciário”; e

**JHSF INCORPORAÇÕES S.A.**, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Magalhães de Castro, nº 12.000, 3º pavimento, L5 (parte), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.345.215/0001-68, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social e doravante denominada simplesmente “Interveniente Garantidora”;

celebram a presente “Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da JHSF Participações S.A.”, doravante denominada simplesmente “Escritura”, nos termos e condições abaixo.

Ee

Felipe de A. Mello  
JURÍDICO

ADVOCADOS

31 MAR 2016 16:22:180  
RUBEN JAVIER CUNHA 172-6/AULO  
DR. RUBEN JAVIER CUNHA

1. TERMOS DEFINIDOS

1.1 Os termos definidos e expressões adotadas nesta Escritura, iniciados em letras maiúsculas, no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído no Anexo I desta Escritura.

2. AUTORIZAÇÃO

2.1 A presente Escritura é firmada com base na autorização deliberada pela RCA.



3. REQUISITOS

3.1 A Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:

3.1.1 Arquivamento e Publicação da Deliberação

3.1.1.1 A ata da RCA será devidamente arquivada na JUCESP e publicada no Diário Oficial do Estado do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico, edição nacional, conforme o artigo 59 e o artigo 62, I da Lei nº 6.404/76.

3.1.2 Inscrição da Escritura

3.1.2.1 Esta Escritura e seus eventuais aditamentos deverão ser arquivados na JUCESP, conforme disposto do artigo 62, II, da Lei nº 6.404/76.

3.1.3 Registro na CVM

3.1.3.1 A presente Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM nº 476/09, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição.

EC

*[Handwritten signature]*



*[Handwritten signature]*



31 AGO 2016 1622130

R. DEVENIANO GUARANI, 110 - JARDIM SÃO PAULO  
BR. RAGISILVA LAMOTTA



### 3.1.4 Registro na ANBIMA

3.1.4.1 A Emissão não será registrada na ANBIMA por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição.

### 3.1.5 Registro no Cartório de Registro de Títulos e Documentos

3.1.5.1 Tendo em vista que a presente emissão conta com garantia fidejussória, a presente Escritura será levada a registro pela Emissora em Cartório de Registro de Títulos e Documentos, da Cidade e Estado do Rio de Janeiro e de São Paulo, no prazo de 20 (vinte) dias úteis a contar da data de sua celebração. Após referido registro, a Emissora deverá encaminhar uma via original e cópia da Escritura devidamente registrada para o Agente Fiduciário e para a CETIP, respectivamente.

## 4. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

### 4.1 Objeto Social da Emissora

4.1.1 A Emissora tem por objeto social: (i) a locação e a administração de bens e negócios próprios; e (ii) a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, como acionista ou quotista.

### 4.2 Número da Emissão

4.2.1 Esta é a 2ª (segunda) emissão de debêntures da Emissora.

### 4.3 Número de Séries

4.3.1 A Emissão será realizada em série única.

### 4.4 Montante da Emissão

4.4.1 O montante total da emissão será de R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão.

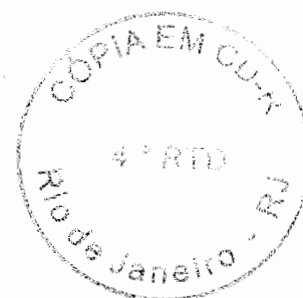
ec

Ar

Felipe de A. Mello  
ADVOGADO  
JURÍDICO

JD





**4.5 Quantidade de Debêntures**

4.5.1 Serão emitidas 250 (duzentas e cinquenta) Debêntures.

**4.6 Banco Mandatário e Instituição Depositária**

4.6.1 O Banco Mandatário e a Instituição Depositária será o Banco Bradesco S.A.

**4.7 Destinação dos Recursos**

4.7.1 Os recursos obtidos por meio da Emissão serão destinados (i) ao capital de giro da Emissora e (ii) ao financiamento das atividades da Emissora, de acordo com seu objeto social.

**4.8 Limite da Emissão**

4.8.1 A Emissão atende o limite de emissão previsto no artigo 60, *caput*, da Lei nº 6.404/76, uma vez que seu capital social, na Data de Emissão, é de R\$705.781.872,00 (setecentos e cinco milhões, setecentos e oitenta e um mil, oitocentos e setenta e dois reais).

**4.9 Registro na CETIP**

4.9.1 As Debêntures serão registradas para (i) distribuição primária no SDT – Módulo de Distribuição de Títulos; e (ii) negociação secundária no SND – Módulo Nacional de Debêntures, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.9.2. Não obstante o disposto no item anterior, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, conforme disposto no artigo 13 da Instrução CVM nº 476/09.

EC

Felipe de A. Mello  
VISE  
JURÍDICO

Gr

Jo

COPIA EM CD-R  
4. RTD  
Forços restritos  
BB-Banco de  
ção de valores



31-000 2510 1022180



ocasião do vencimento, a Emissora se obriga a proceder ao pagamento das Debêntures em Circulação pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida, calculada na forma prevista nesta Escritura.

5.1.4 *Forma e Emissão de Certificados*

5.1.4.1 As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelares ou certificados.

5.1.5 *Comprovação de Titularidade das Debêntures*

5.1.5.1 Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pela Instituição Depositária. Adicionalmente, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND, será emitido extrato em nome dos titulares das Debêntures pela CETIP.

5.1.6 *Conversibilidade*

5.1.6.1 As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações da Emissora.

5.1.7 *Espécie*

5.1.7.1 As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei nº 6.404/76.

**5.2 Subscrição**

5.2.1 *Prazo de Subscrição*

5.2.1.1 As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, dentro do prazo definido no item 4.10.2 acima.

EC



Handwritten signature.

Handwritten signature.



31 ACP 2011 1622180

R. ZILIO DE CARVALHO, 100 - JARDIM SÃO PAULO  
BR. HADISLAU LAMOTHA



## 5.2.2 Preço de Subscrição

5.2.2.1 O preço de subscrição das Debêntures será seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva subscrição e integralização.

## 5.3 Integralização e Forma de Pagamento

5.3.1 As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição.

## 5.4 Direito de Preferência

5.4.1 Não há direito de preferência na subscrição das Debêntures.

## 5.5 Atualização do Valor Nominal

5.5.1 Não haverá atualização do valor nominal das Debêntures.

## 5.6 Remuneração

5.6.1 As Debêntures farão jus a juros correspondentes à acumulação da Taxa DI, capitalizada de um *spread* ou sobretaxa de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis. A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures, ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures desde a Data de Emissão ou da Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, que deve ocorrer ao final de cada Período de Capitalização.

5.6.2 A Remuneração será paga semestralmente, nos dias 28 de fevereiro e 30 de agosto de cada ano, ou no primeiro dia útil subsequente, caso o mesmo não seja dia útil, sendo que o primeiro pagamento da Remuneração será devido em 28 de fevereiro de 2011 e o último pagamento da Remuneração será devido em 30 de agosto de 2015.

cc -

Felipe de A. Mello  
JURÍDICO





5.6.3 A Remuneração deverá ser calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1), \text{ onde:}$$

“J” corresponde ao valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

“Vne” corresponde ao valor nominal de emissão ou saldo do valor nominal da debênture, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

“FatorJuros” corresponde ao fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread* ou sobretaxa, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread, \text{ onde:}$$

“FatorDI” corresponde ao produtório das Taxas DI, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)], \text{ onde:}$$

“n<sub>DI</sub>” corresponde ao número total de Taxas DI, sendo “n<sub>DI</sub>” um número inteiro;

“TDI<sub>k</sub>” corresponde à Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{d_k}{252}} - 1$$

onde:

*ee*

*[Handwritten signature]*



*[Handwritten signature]*





31/03/2018 16:22:18

REYNALDO COSTA DE SAUS  
DR. RADIOLAU LAMOTTA



“k” = 1, 2, ..., n, sendo “n” um número inteiro;

“DI<sub>k</sub>” corresponde à Taxa DI divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

“d<sub>k</sub>” = número de dia(s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da Taxa DI, sendo “d<sub>k</sub>” igual a 1 (um) dia útil;

“FatorSpread” corresponde à sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[ \left( \frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

onde:

“spread” corresponde ao *spread*, ou sobretaxa, na forma percentual ao ano, informado com 4 (quatro) casas decimais; e

“DP” corresponde ao número de dias úteis entre a Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais períodos de capitalização, inclusive, e a data atual, exclusive, sendo “DP” um número inteiro.

Observações:

- i) a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo;
- ii) o fator resultante da expressão  $[1 + (TDI_k)]$  é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento;
- iii) efetua-se o produtório dos fatores diários  $[1 + (TDI_k)]$ , sendo que, a cada fator diário acumulado, considera-se seu resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais.

EC



31 AGO 2010 1622180

31 AGO 2010 1622180

arredondamento, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;

- iv) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e
- v) considera-se o resultado da multiplicação do FatorDI pelo FatorSpread com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.



5.6.4 Observado o quanto estabelecido no item 5.6.5 abaixo, no caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

5.6.5 Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 15 (quinze) dias da data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção por imposição legal ou determinação judicial, a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver substituto legal para a Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar no primeiro dia útil subsequente ao prazo de 15 (quinze) dias acima, Assembleia Geral de Debenturistas para estes definirem, de comum acordo com a Emissora, o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas.

5.6.6 Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, a referida Assembleia Geral não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração, permanecendo a última Taxa DI conhecida anteriormente a ser utilizada até data da divulgação da referida Taxa DI.

EE

92

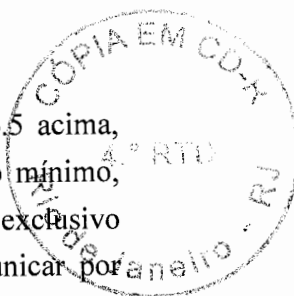


JO



31 AGO 2015 1622180

RECEBIM. DE DEBENTURAS - TITULO  
DEBENTURAS - CAMOTIA



5.6.7 Caso não haja acordo, dentro do prazo estabelecido no item 5.6.5 acima, sobre a taxa substitutiva entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a comunicar por escrito o Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias contados a partir da data de encerramento da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida entre:

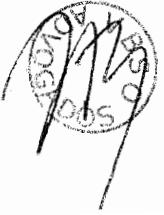
- i) resgate antecipado, pela Emissora, e consequente cancelamento antecipado da totalidade das Debêntures em Circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário não amortizado nos termos desta Escritura, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, inclusive, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última data de pagamento da Remuneração, exclusive, conforme o caso. Nesta hipótese, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, consequentemente, canceladas, será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida; ou
- ii) resgate antecipado, pela Emissora, e consequente cancelamento da totalidade das Debêntures em Circulação, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá a Data de Vencimento, e as amortizações originalmente programadas das Debêntures previstas nesta Escritura. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração continuará sendo aquela estabelecida nesta Escritura, observado que, até a amortização integral das Debêntures, será utilizada uma taxa de remuneração substituta definida em comum acordo pela Emissora e por Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, representando, no mínimo, (a) 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação, em Assembleia Geral de Debenturistas realizada em primeira convocação; ou (b) a maioria dos presentes à Assembleia Geral de Debenturistas realizada em segunda convocação, a qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época. Caso a respectiva taxa substituta da Remuneração seja referenciada em prazo diferente de 252

ec

Felipe de A. Mello  
JURÍDICO

qr

ju



31 AGO 2013 1622180

R.D. DE JACQUES COSTA - BR-S.PAULO  
DE FADICIAU LEMUTIA



(duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis utilizada pela Taxa DL

5.6.7.1 Na hipótese prevista no item 5.6.7 (i) e (ii) acima, não será devido o prêmio de resgate previsto no item 6.2.2 abaixo.

5.7 Repactuação

5.7.1 Não haverá repactuação das Debêntures.

5.8 Amortização Programada

5.8.1 O Valor Nominal Unitário das Debêntures na Data de Emissão será amortizado em 4 (quatro) parcelas, da seguinte forma:

DATA DE AMORTIZAÇÃO	PERCENTUAL DE AMORTIZAÇÃO
28 de fevereiro de 2014	25,0000% (vinte e cinco por cento) do Valor Nominal Unitário
30 de agosto de 2014	25,0000% (vinte e cinco por cento) do Valor Nominal Unitário
28 de fevereiro de 2015	25,0000% (vinte e cinco por cento) do Valor Nominal Unitário
30 de agosto de 2015	25,0000% (vinte e cinco por cento) do Valor Nominal Unitário

5.9 Condições de Pagamento

5.9.1 Local de Pagamento e Imunidade Tributária

5.9.1.1 Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas na CETIP, (a) na sede da Emissora ou (b) conforme o caso, pela instituição depositária contratada para este fim.

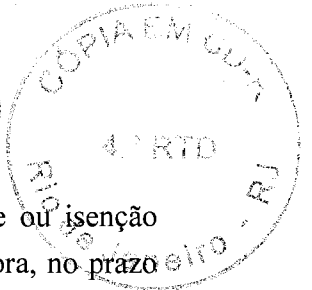
cc

Felipe de Mello  
JURÍDICO

Advogado

31/08/2012 16:22:180

REPUBLICA DE SÃO PAULO  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO



5.9.1.2 Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, deverá encaminhar ao Banco Mandatário, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor. Será de responsabilidade do Banco Mandatário a avaliação e validação da imunidade ou isenção tributária, podendo, inclusive, solicitar documentos adicionais à comprovação de mencionada situação jurídica tributária. Desta forma, enquanto pendente o processo de avaliação, não poderá ser imputada qualquer responsabilidade pelo não pagamento no prazo estabelecido.

#### 5.9.2 *Prorrogação dos Prazos*

5.9.2.1 Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação, até o primeiro dia útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ou na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

#### 5.9.3 *Encargos Moratórios*

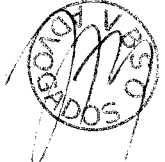
5.9.3.1 Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

EC

GR

Felipe de A. Mello  
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Jurídico

Jo



31 AGO 2010 1622180

REC. DE REGISTRO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS



#### 5.9.4 *Decadência dos Direitos aos Acréscimos*

5.9.4.1 Sem prejuízo do disposto no item 5.9.3.1 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de Remuneração e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

#### 5.10 **Publicidade**

5.10.1 Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, serão publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo, na forma de aviso e quando exigido pela legislação, e no jornal Valor Econômico, observado o estabelecido no artigo 289 da Lei nº 6.404/76, as limitações impostas pela Instrução CVM nº 476/09 em relação à publicidade da oferta pública das Debêntures, bem como os prazos legais.

5.10.2 A Emissora deverá comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização.

#### 5.11 **Garantia Fidejussória**

5.11.1 Como garantia do fiel e pontual pagamento das Debêntures, a Interveniente Garantidora presta fiança em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se como fiadora e principal responsável pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos da presente Escritura, conforme os termos e condições abaixo delineados.

5.11.2 A Interveniente Garantidora declara-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiadora e principal pagadora do valor total da dívida da Emissora oriunda das Debêntures desta Emissão, nos termos da presente Escritura e em conformidade com o artigo 818 do Código Civil. *ec.*



*ec.*

*ec.*



31 ABO 2010 1622180

RECEBIMOS DE FIDUCIÁRIO  
DR. RAFAEL LEMOS

5.11.3 O valor da fiança ora prestada pela Interveniente Garantidora é limitado ao Valor Garantido.

5.11.4 O Valor Garantido será pago pela Interveniente Garantidora em até 3 (três) dias úteis contados da data do recebimento de notificação por escrito do Agente Fiduciário à Interveniente Garantidora, exceto na hipótese de decretação de falência ou pedido de autofalência da Emissora, hipótese em que o valor será pago em até 1 (um) dia útil da referida notificação, em qualquer hipótese independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações sob as Debêntures. Tal notificação deverá ser imediatamente emitida pelo Agente Fiduciário após a ocorrência de falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido nas datas de pagamento definidas nesta Escritura ou quando do vencimento antecipado das Debêntures. O pagamento deverá ser realizado segundo os procedimentos estabelecidos nesta Escritura, fora do âmbito da CETIP, e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário.

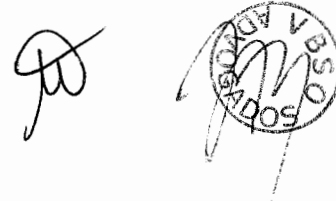
5.11.5 A Interveniente Garantidora expressamente renuncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 366, 827, 834, 835, 836, 837, 838 e 839 do Código Civil e 595 do Código de Processo Civil.

5.11.6 Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida ou invocada pela Interveniente Garantidora com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

5.11.7 A Interveniente Garantidora sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venha a honrar, total ou parcialmente, a fiança objeto do presente item, até o limite da parcela da dívida efetivamente por ela honrada.

5.11.8 A presente fiança entra em vigor na Data de Emissão e permanecerá válida em todos os seus termos, expirando, independentemente de notificação ao Agente Fiduciário, com o pagamento integral do Valor Garantido, sendo certo que a Interveniente Garantidora estará desobrigada de efetuar qualquer pagamento relativo a esta Escritura somente a partir da data do pagamento integral do Valor Garantido.

EC



**6. AQUISIÇÃO FACULTATIVA, RESGATE ANTECIPADO E VENCIMENTO ANTECIPADO**

### 6.1 Aquisição Antecipada Facultativa

6.1.1 A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir no mercado Debêntures em Circulação, por preço não superior ao de seu Valor Nominal Unitário acrescido da respectiva Remuneração, observado o disposto no artigo 55, §2º, da Lei nº 6.404/76. As Debêntures objeto deste procedimento poderão (i) ser canceladas, (ii) permanecer em tesouraria da Emissora; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures que ainda estiverem em circulação.

## 6.2 Resgate Antecipado

6.2.1 As Debêntures poderão ser resgatadas integralmente, a qualquer momento, a critério da Emissora, por meio de envio ou de publicação de comunicado aos Debenturistas com 10 (dez) dias úteis de antecedência, informando (i) a data em que será realizado o resgate antecipado de Debêntures; e (ii) qualquer outra informação relevante aos Debenturistas.

6.2.2 Ficar<sup>á</sup> admitido o resgate antecipado das Debêntures pela Emissora, no todo ou em parte, mediante o pagamento do seu Valor Nominal não amortizado, acrescido de: (i) Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a data do último pagamento das obrigações previstas nesta Escritura até a data do efetivo resgate; e (ii) um prêmio equivalente a (a) 0,80% (oitenta centésimos por cento) sobre o Valor Nominal não amortizado, se o resgate ocorrer entre o 1º (primeiro) mês contado da Data de Emissão, inclusive, e o 12º (décimo segundo) mês contado da Data de Emissão, inclusive; (b) 0,70% (setenta centésimos por cento) sobre o Valor Nominal não amortizado, se o resgate ocorrer entre o 13º (décimo terceiro) mês contado da Data de Emissão, inclusive, e o 24º (vigésimo

ADVOGADO



31 AGO 2016 1622180

quarto) mês contado da Data de Emissão, inclusive; (c) 0,60% (sessenta centésimos por cento) sobre o saldo do Valor Nominal não amortizado, se o resgate ocorrer entre o 25º (vigésimo quinto) mês contado da Data de Emissão, inclusive, e o 36º (trigésimo sexto) mês contado da Data de Emissão, inclusive; (d) 0,40% (quarenta centésimos por cento) sobre o saldo do Valor Nominal não amortizado, se o resgate ocorrer entre o 37º (trigésimo sétimo) mês contado da Data de Emissão, inclusive, e o 48º (quadragésimo oitavo) mês, inclusive; e (e) 0,20% (vinte centésimos por cento) sobre o saldo do Valor Nominal não amortizado, se o resgate das Debêntures ocorrer entre o 49º (quadragésimo nono) mês contado da Data de Emissão, inclusive, e o 60º (sexagésimo) mês contado da Data de Emissão.

6.2.3 Na hipótese de deliberação por parte da Emissora de resgate antecipado parcial, adotar-se-á o critério de sorteio, a ser realizado na presença do Agente Fiduciário e com divulgação do resultado a todos os Debenturistas por meio de comunicado, inclusive no que concerne às regras do sorteio, nos termos do artigo 55, §1º, da Lei nº 6.404/76. Neste caso, todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição de rateio e de validação das quantidades de debêntures a serem resgatadas por Debenturista serão realizadas fora do âmbito da CETIP.

6.2.4 O resgate parcial, caso ocorra, será operacionalizado conforme regras estabelecidas pela CETIP, ou seja, através de operação de compra e venda comandada entre as Partes.

6.2.4.1 A CETIP deverá ser comunicada da realização do resgate total das Debêntures com no mínimo 2 (dois) dias úteis de antecedência da data estipulada para sua realização.

6.2.5 As Debêntures resgatadas serão obrigatoriamente canceladas.

### 6.3 Vencimento Antecipado

6.3.1 As obrigações da Emissora constantes dos instrumentos relacionados à Emissão poderão ser declaradas antecipadamente exigíveis na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses:

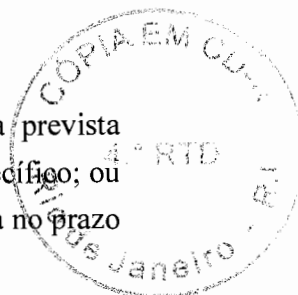
Felipe de A. Mello  
Jurídico

BSU  
SOS  
ADVOGADOS

31 AGO 2019 1622180

R. ED. AMUCLAVE 1102-5710-0  
DR. RAQUELA FLAUTOTA

- i) falta de pagamento, pela Emissora ou pela Interveniente Garantidora, de qualquer obrigação pecuniária devida aos titulares das Debêntures nas respectivas datas de vencimento;
- ii) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura, que (a) não seja devidamente sanada no prazo de cura específico; ou (b) em não havendo prazo de cura específico, não seja devidamente sanada no prazo de 7 (sete) dias úteis;
- iii) anulação, nulidade, inexecutibilidade ou questionamento, judicial ou extrajudicial, pela Interveniente Garantidora e/ou por seus acionistas da garantia fidejussória ora pactuada;
- iv) liquidação, dissolução, extinção, pedido de autofalência ou de insolvência, pedido de recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora e/ou da Interveniente Garantidora, ou qualquer procedimento análogo que venha a ser criado por lei, independente de manifestação judicial sobre os procedimentos mencionados;
- v) requerimento da falência da Emissora sem que a Emissora apresente a devida contestação e realize o competente depósito elisivo no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data do requerimento;
- vi) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos do artigo 220 da Lei nº 6.404/76;
- vii) eventos ou situações que afetem comprovadamente de maneira adversa a capacidade operacional e/ou legal e/ou financeira da Emissora e/ou da Interveniente Garantidora de cumprir com suas obrigações relacionadas às Debêntures;
- viii) inadimplemento, não sanado no prazo previsto no respectivo contrato, de qualquer obrigação financeira da Emissora e/ou da Interveniente Garantidora, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, ou ocorrência de qualquer evento on



inadimplemento de qualquer obrigação, não sanado no prazo previsto no respectivo contrato, que gere ou possa ensejar a declaração de vencimento antecipado de qualquer obrigação financeira da Emissora e/ou da Interviente Garantidora, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, valor a ser reajustado anualmente pela variação acumulada do IGP-M;

- ix) protesto legítimo de títulos contra a Emissora e/ou contra a Interviente Garantidora, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, valor a ser reajustado anualmente pela variação acumulada do IGP-M, exceto se, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data do respectivo protesto, tiver sido comprovado que: (a) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros; (b) o protesto foi cancelado ou sustado; ou (c) a exigibilidade do protesto foi suspensa por sentença judicial;
- x) não cumprimento de decisão judicial transitada em julgado contra a Emissora e/ou a Interviente Garantidora, cujo valor individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, valor a ser reajustado anualmente pela variação acumulada do IGP-M, exceto se tal decisão judicial tiver sua eficácia suspensa no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação e enquanto assim permanecer suspensa;
- xi) não cumprimento de decisão judicial transitada em julgado contra a Emissora e/ou contra a Interviente Garantidora, em qualquer ação de execução, cobrança judicial ou monitória (ou conjunto de tais ações) para pagamento de quantia certa, incluindo execuções fiscais, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, valor a ser reajustado anualmente pela variação acumulada do IGP-M, exceto se, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados da data da respectiva citação, tiver sido comprovado que foi oferecida ou indicada em juízo, garantia de pagamento nos termos da lei processual aplicável;

Ec.

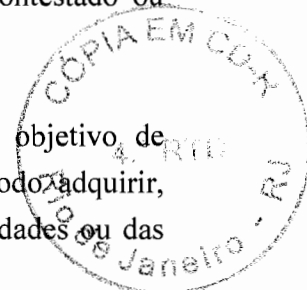
AR



JO



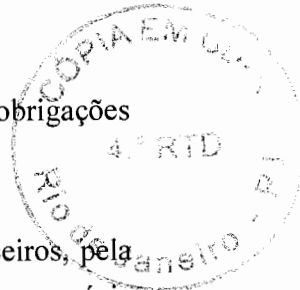
- xii) exceto pela garantia em juízo oferecida nos termos do subitem anterior, arresto, seqüestro ou penhora de bens da Emissora e/ou da Interviente Garantidora, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, valor a ser reajustado anualmente pela variação acumulada do IGP-M, exceto se, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados da data do respectivo arresto, seqüestro ou penhora, tiver sido comprovado que o arresto, seqüestro ou a penhora foi contestado ou substituído por outra garantia;
- xiii) realização, por qualquer autoridade governamental, de ato com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades ou das ações do capital social da Emissora;
- xiv) autuações pelos órgãos governamentais, de caráter fiscal, ambiental, de defesa da concorrência ou outros, que não seja devidamente sanada no prazo de cura específico ou, em não havendo prazo de cura específico, não seja devidamente sanada no prazo de 7 (sete) dias úteis, de valor individual ou agregado superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), valor a ser reajustado anualmente pela variação acumulada do IGP-M;
- xv) alteração ou modificação do objeto social da Emissora, para alterar ou excluir as atividades atualmente desenvolvidas sem a prévia anuência, por escrito, dos Debenturistas;
- xvi) mudança ou transferência, a qualquer título, do controle societário da Emissora, direta ou indiretamente, de forma que seus atuais controladores: (i) passem a possuir menos de 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) ação do seu capital votante; ou (ii) deixem por qualquer motivo de exercer o seu controle societário efetivo, bem como se houver incorporações, cisões, fusões ou reorganizações societárias que resultem em alteração do controle societário efetivo da Emissora, exceto se houver prévia anuência dos Debenturistas;



31 ACO 2016 1622180

RETIROU EM 01/07/2016  
DR. RADISLAV SAMOTHA

- xvii) comprovação de que quaisquer declarações prestadas pela Emissora ou pela Interviente Garantidora nesta Escritura ou em qualquer dos documentos da Emissão são falsas, incorretas ou enganosas;
- xviii) não cumprimento pela Emissora e/ou pela Interviente Garantidora das obrigações descritas no Contrato de Colocação;
- xix) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas no âmbito da presente Emissão, sem a prévia anuência dos Debenturistas;
- xx) caso, em qualquer trimestre compreendido entre a Data de Emissão e o integral adimplemento de todas as obrigações da Emissora sob as Debêntures, a razão entre a Dívida Financeira Líquida do Grupo e o EBITDA do Grupo seja superior a 2,5 (dois inteiros e cinco décimos).



6.3.1.1 Para fins do disposto no subitem 6.3.1(xx) acima, fica desde já acordado que o Índice Financeiro será apurado e revisado trimestralmente pelos auditores independentes contratados pela Emissora, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, auditadas ou revisadas pelos auditores independentes da Emissora, referentes ao encerramento dos trimestres de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base da apuração do Índice Financeiro. O cálculo do Índice Financeiro deverá ser disponibilizado pelos auditores independentes da Emissora ao Agente Fiduciário em até 15 (quinze) dias após o encerramento de cada trimestre, juntamente com relatório consolidado da memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção do Índice Financeiro.

6.3.1.2 Anualmente, a Emissora enviará ao Agente Fiduciário declaração assinada, na forma de seu Estatuto Social, atestando o cumprimento das disposições constantes nesta Escritura.

6.3.1.3 Para realização da revisão deste cálculo, a Emissora disponibilizará ao Agente Fiduciário, nas mesmas datas previstas na Instrução CVM nº 480/09, suas Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP e seus formulários de Informações

EC

Felipe de A. Mello  
VERIFICADO  
SO  
ADICIONADOS

31 AGO 2010 1622180

R. DE ALVARADO, 111 - 1102-5 - SAULG  
DR. NADINE L. L. LIMA

Trimestrais – ITR, bem como quaisquer outras informações que o Agente Fiduciário venha a considerar razoavelmente necessárias para o cálculo do Índice Financeiro.

6.3.2 *Hipóteses de Vencimento Antecipado Automático*

6.3.2.1 Caso ocorra qualquer das hipóteses descritas nos subitens (i), (iii), (iv), (v), (vi), (xii), (xv), (xvi) e (xx) do item 6.3.1 acima, o Agente Fiduciário declarará antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, todas as obrigações da Emissora sob as Debêntures e exigirá da Emissora o imediato pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário não amortizado, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, na data que tomar ciência da ocorrência respectiva.

6.3.3 *Hipóteses de vencimento antecipado que deverão ser tratadas por meio de Assembleia Geral de Debenturistas.*

6.3.3.1 Tão logo o Agente Fiduciário tome ciência dos eventos descritos nos subitens (ii), (vii), (viii), (ix), (x), (xi), (xiii), (xiv), (xvii), (xviii) e (xix) do item 6.3.1 acima, convocará imediatamente Assembleia Geral de Debenturistas, a se realizar no prazo de 48 (quarenta e oito) horas da data de convocação, para deliberar sobre a declaração de vencimento antecipado de todas as obrigações constantes desta Escritura e exigir da Emissora o pagamento integral do Valor Nominal Unitário não amortizado, acrescido da Remuneração, dos Encargos Moratórios, se houver, bem como de quaisquer outros valores eventualmente devidos, calculados *pro rata temporis* até a data do pagamento das Debêntures declaradas vencidas.

6.3.3.2 Em caso de instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação, nos termos da cláusula 9 abaixo, e caso nesta Assembleia Geral de Debenturistas não haja deliberação de Debenturistas representando, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação contrariamente à declaração do vencimento antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário declarará antecipadamente vencidas todas as obrigações da Emissora constantes desta Escritura e exigirá da Emissora

ec

Felipe de A. Mello  
JURÍDICO  
16/08/2010

31 ACO 2010 1622180

R. P. L. A. M. A. C. A. L. I. N. O. S. P. A. U. L. O.  
DE LAUSI: PALACOTIA

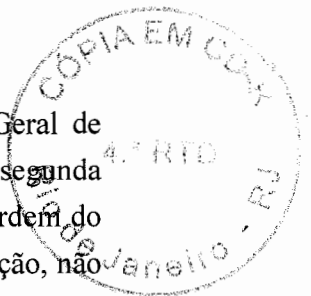
o imediato pagamento do saldo devedor do Valor Nominal, acrescido da Remuneração devida, calculada *pro rata temporis* desde a última data de pagamento, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura.

6.3.3.3 Caso não haja quórum suficiente para instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação, o Agente Fiduciário realizará a segunda convocação da Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a mesma ordem do dia. Caso (i) na Assembleia Geral de Debenturistas instalada em segunda convocação, não haja deliberação de Debenturistas representando, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação contrariamente à declaração do vencimento antecipado das Debêntures; ou (ii) não haja, novamente, instalação da Assembleia Geral de Debenturistas, ou, por qualquer motivo, não ocorra a deliberação acerca do vencimento antecipado das obrigações da Emissora sob as Debêntures, o Agente Fiduciário declarará antecipadamente vencidas todas as obrigações da Emissora constantes desta Escritura e exigirá da Emissora o imediato pagamento do saldo devedor do Valor Nominal, acrescido da Remuneração devida, calculada *pro rata temporis* desde a última data de pagamento, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura.

6.3.3.4 Na hipótese de aprovação do vencimento antecipado na forma dos itens 6.3.3.2 e 6.3.3.3 acima, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos indicados nesta Escritura, ficando o vencimento condicionado à entrega de notificação neste sentido pelo Agente Fiduciário à Emissora, observado o parágrafo único do artigo 13 da Instrução CVM nº 28/83.

6.3.4 Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta protocolada (a) à Emissora, com cópia para CETIP, e (b) ao Banco Mandatário.

6.3.5 Declarado o vencimento antecipado das Debêntures, o resgate das mesmas deverá ser efetuado em até 30 (trinta) dias corridos, contados do protocolo da carta mencionada no item 6.3.4 acima.



31 AGO 2016 1622180

R. DE VARELA, 100 - JARDIM PAULISTA - SÃO PAULO - SP  
DR. RAFAELAS LAMOTTA

6.3.6 Caso a Emissora não proceda ao resgate das Debêntures na forma estipulada no item anterior, além da Remuneração devida, os Encargos Moratórios serão acrescidos ao Valor Nominal Unitário das Debêntures, incidentes desde a data de vencimento antecipado das Debêntures até a data de seu efetivo pagamento.

## 7. MANUTENÇÃO DE RESERVA DE RECURSOS E OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

7.1 A Emissora adicionalmente se obriga a:

- i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:
  - a) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou data de sua publicação, o que ocorrer primeiro, (1) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes e (2) declaração dos administradores da Emissora de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura;
  - b) dentro de 5 (cinco) dias úteis, qualquer informação que razoavelmente lhe venha a ser solicitada e exclusivamente para os fins de proteção dos interesses dos Debenturistas sob esta Emissão, permitindo que o Agente Fiduciário (ou o auditor independente por este contratado a suas expensas), através de seus representantes legalmente constituídos e previamente indicados, tenha acesso aos seus livros e registros contábeis, bem como, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data da solicitação, qualquer informação relevante para a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada, inclusive os documentos e informações que se façam necessários à elaboração, pelo Agente Fiduciário, do relatório de que trata o item 8.1(xii) abaixo, desde que já sejam públicos e/ou desde que sua divulgação ao Agente Fiduciário não seja vedada por dever de confidencialidade legal ou contratualmente estabelecido em relação à Emissora;

cc.

Handwritten signature.



Handwritten signature.

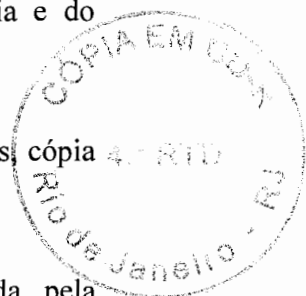




31 AGO 2016 1622180

ROBERTO MARQUES DE SAUS  
DR. NAÍDELAO PATYPIA

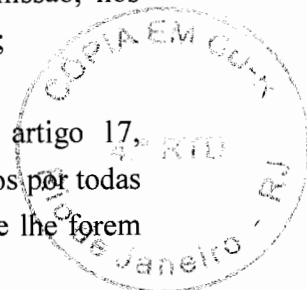
- c) dentro de 5 (cinco) dias úteis após sua realização, notificação da convocação de qualquer assembleia geral de acionistas da Emissora e, em 5 dias úteis fornecer, cópias de todas as atas de todas as assembleias gerais de acionistas da Emissora, bem como a data e ordem do dia de assembleias a se realizar e de todas as reuniões do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, se instalado;
- d) dentro de 5 (cinco) dias úteis da data de seu envio aos Debenturistas, cópia de todas as cartas e comunicados enviados;
- e) cópia de qualquer notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora envolvendo procedimento de valor equivalente a, no mínimo, R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), em até 5 (cinco) dias úteis após o oferecimento de qualquer forma de resposta, defesa, contestação ou reconvenção, conforme o caso, acompanhada da respectiva cópia destes, sendo reajustado o valor acima referido, desde a Data de Emissão, pelo IGP-M; e
- f) informações a respeito de qualquer dos eventos indicados no item 6.3 acima no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após a sua ocorrência;
- g) dentro de 30 (trinta) dias úteis, fornecer qualquer informação que lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas acerca da comprovação da utilização dos recursos obtidos com a Emissão;
- ii) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei nº 6.404/76, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor à época;
- iii) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;



31 AGO 2019 1622180

RDE JANEIRO 2019

- iv) convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, nos termos da cláusula 9 desta Escritura, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- v) cumprir todas as determinações da CVM, incluindo o disposto no artigo 17, parágrafo 1º, da Instrução CVM 476/09, enviando os documentos exigidos por todas as leis e regulamentos aplicáveis e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- vi) manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, os Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- vii) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor à época;
- viii) cumprir, em todos os aspectos, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realizar negócios ou possua ativos;
- ix) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora;
- x) não pagar dividendos, ressalvado o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, juros sobre capital próprio, nem qualquer outra participação estatutariamente prevista, se estiver em mora, relativamente ao pagamento de quaisquer valores devidos aos Debenturistas, relativos às Debêntures objeto desta Escritura, cessando tal proibição tão logo seja purgada a mora;
- xi) manter seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes;
- xii) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas na CETIP; e



Felipe de A. Mello  
Vice-Presidente  
JURÍDICO



31 ABR 2010 1622180

R. DE ... ULO

LA. R/SILVIO LAMOTTA

- xiii) arcar com todos os custos (a) decorrentes da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora; e (c) com a contratação de Agente Fiduciário e Banco Mandatário.

7.2 A Emissora deverá, desde a Data de Emissão até o adimplemento integral de todas as suas obrigações, principais e acessórias, sob as Debêntures, manter na conta de depósitos nº 5.820-3, de titularidade da Emissora, mantida na agência nº 3064-3 do Banco do Brasil S.A., recursos em montante equivalente a 10% (dez por cento) do saldo do Valor Nominal não amortizado.

7.3 Os recursos depositados pela Emissora na Conta Vinculada não serão movimentáveis sem a anuência prévia e expressa do Agente Fiduciário.

7.4 A Emissora, por este ato, outorga ao Agente Fiduciário, em caso de inadimplência de suas obrigações estabelecido nesta Escritura, mandato irrevogável e irretroatável, nos termos do artigo 684 do Código Civil, para movimentar a Conta Vinculada, bem como os recursos nela depositados, em nome e por conta da Emissora, no interesse exclusivo dos Debenturistas.

7.4.1 O Agente Fiduciário poderá, em relação à Conta Vinculada: (i) praticar todos os atos e assinar todos os documentos que forem necessários para garantir os direitos dos titulares das Debêntures; (ii) utilizar os recursos nela depositados para pagar os Debenturistas; e (iii) aplicar os recursos depositados na Conta Vinculada exclusivamente nos seguintes ativos financeiros:

- a) certificados de depósito bancário emitidos pelo Banco do Brasil S.A.; e
- b) cotas de fundos de investimento e cotas de fundos de investimentos em cotas de fundos de investimento classificados como "Renda Fixa", conforme os artigos 92, III e 95 da Instrução CVM nº 409/04, administrados ou geridos pelo Banco do Brasil S.A. *cc*

Felipe A. Mello  
AUXÍLIO

*cc*

*cc*

*cc*

em como  
s, deverá  
anterior.

m como  
s, deverá  
interior.

aventuras  
Emissora  
cobertura

no agente  
termos da  
perante a

renúncia,  
o Agente

do evento  
o agente  
substituído,

100-443887-100

i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;

regar na

Felipe de A. Mello

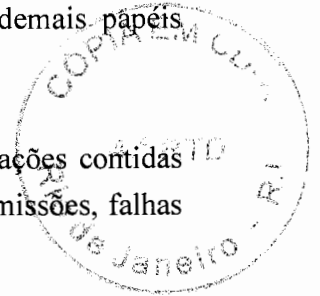
JURISCO



31 AGO 2010 1622190

R. DEBENTURISTAS ESCRITURAS - SP PAULO  
DE, RADOLAC - LANCET

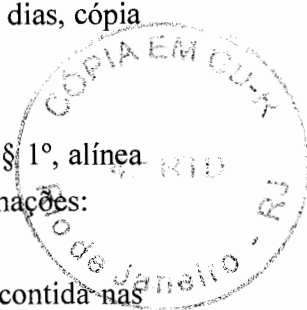
- ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- v) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- viii) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, observado critério de razoabilidade, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora;
- ix) solicitar, desde que comprovadamente necessário, auditoria extraordinária na Emissora, às suas expensas, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de relatório detalhado que fundamente e comprovadamente justifique a necessidade de realização da referida auditoria, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- x) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, na forma do item 5.10 acima;



31 400 2010 1622180

R. EDUARDO GUERREIRO, 100 - JARDIM PAULISTA  
Cidade de São Paulo - SP

- xi) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas, e enviar à CETIP, no mesmo dia da Assembleia Geral de Debenturistas, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da referida assembleia;
- xii) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º, alínea b, da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
- a) eventual omissão ou inveracidade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
  - b) alterações estatutárias ocorridas no período;
  - c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
  - d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
  - e) amortização do Valor Nominal Unitário e pagamento de Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
  - f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
  - g) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
  - h) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e
  - i) declaração acerca da suficiência e exequibilidade da garantia fidejussória das Debêntures;



*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*



31 AGO 2010 1622180

xiii) colocar o relatório de que trata o item acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

- a) na sede da Emissora;
  - b) no seu escritório ou em local indicado pelo Agente Fiduciário;
  - c) na CETIP;
  - d) na CVM; e
  - e) na sede da instituição intermediária líder, na hipótese de o prazo para a apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo de distribuição das Debêntures;
- xiv) enviar comunicado aos Debenturistas de que o relatório mencionado no subitem 8.3 (xii) acima se encontra à sua disposição nos locais indicados no subitem anterior;
- xv) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, à Instituição Depositária e à CETIP;
- xvi) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas antecipadamente, se for o caso;
- xvii) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- xviii) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados mais esclarecimentos, enviando comunicação de igual teor à CVM e à CETIP;





- xix) verificar a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei nº 6.404/76;
- xx) verificar a manutenção da regularidade da constituição da garantia fidejussória, observando a manutenção a suficiência e a exequibilidade da garantia fidejussória prestada, sendo certo que a verificação da suficiência da garantia fidejussória, na forma prevista no inciso IX do artigo 12 da Instrução CVM nº 28/83, baseando-se na verificação de que o patrimônio líquido da Interviente Garantidora atende a 100% (cem por cento) do saldo devedor das Debêntures e, que conforme apurado no balanço patrimonial da Interviente Garantidora de 30/06/2010 representa R\$339.604.944,10 (trezentos e trinta e nove milhões, seiscentos e quatro mil, novecentos e quarenta e quatro reais e dez centavos);
- xxi) repassar as informações referentes aos eventos das Debêntures ao Banco Mandatário, informando o Valor Nominal Unitário atualizado da véspera do evento (D-1) até às 18h30 (dezoito horas e trinta minutos) da véspera do evento; e
- xxii) revisar trimestralmente o cálculo feito pela Emissora, em conjunto com seus auditores independentes, do Índice Financeiro, na forma estipulada na presente Escritura.

8.4 O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura:

- i) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios nas condições especificadas;
- ii) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- iii) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial e/ou liquidação extrajudicial da Emissora.

ec

Felipe de A. Mello  
JURÍDICO

30/06/2010

31 AGO 2016 1622180

REDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE CREDITO  
DR. RAFAEL LEMOS

8.5 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas no item 8.4 (i) e (ii) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos Debenturistas em Circulação quando tal hipótese se referir ao disposto no item 8.4 (iii) acima.

8.6 Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, a seguinte remuneração: (i) parcela única de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais), a título de implantação dos serviços, devida no 5º (quinto) dia útil após a data de assinatura desta Escritura, e (ii) parcelas de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais), a título de manutenção dos serviços, devidas anualmente a contar da data de pagamento da parcela mencionada no subitem (i), até o adimplemento integral das obrigações principais e acessórias da Emissora sob as Debêntures.

8.6.1 Em caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures, ou em caso de reestruturação dos termos e condições das Debêntures após a respectiva emissão, será devida ao Agente Fiduciário uma remuneração adicional equivalente a R\$500,00(quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado às atividades relativas a referido inadimplemento, a serem pagas em até 5 (cinco) dias contados da comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora, para assessoria aos Debenturistas em processo de renegociação de suas condições, caso seja requerido pela Emissora, bem como para (i) comparecimento em reuniões formais com Emissora e/ou debenturistas e Assembléias Gerais de Debenturistas; e (ii) implementação das conseqüentes decisões tomadas pelos Debenturistas.

8.6.2 Todas as despesas decorrentes de procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, deverão ser previamente aprovadas, sempre que possível, e adiantadas pelos Debenturistas ao Agente Fiduciário e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas, correspondem a depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. Os honorários de sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados pelos Debenturistas, bem

Felipe de A. Mello  
JURÍDICO

BO  
DOS

31 AGO 2008 1622180

REDAÇÃO DE INSTRUMENTOS JURÍDICOS  
DR. RAFAEL A. MELLO

como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 60 (sessenta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

8.6.3 A remuneração acima referida será acrescida dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda, na alíquota vigente na data de pagamento.

8.6.4 Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou o resgate da totalidade das Debêntures em Circulação, o Agente Fiduciário fará jus somente à remuneração calculada pro rata temporis pelo período da efetiva prestação dos serviços, devendo restituir à Emissora a diferença entre a remuneração recebida e aquela a que fez jus.

8.6.5 O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente que será indicada pelo Agente Fiduciário à Emissora com no mínimo 5 (cinco) dias úteis de antecedência à data do pagamento.

8.7 Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição, ao agente fiduciário substituto, como forma de remuneração dos serviços a serem por ele prestados. O agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração devida ao Agente Fiduciário, calculada proporcionalmente ao tempo de prestação de serviço restante, exceto se deliberado de forma diversa pela Assembleia Geral de Debenturistas.

8.8 Sem prejuízo do disposto no item 8.6 acima, a Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha, razoável e comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos. Referido ressarcimento será efetuado em 5 (cinco) dias úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.



COPIA EM CARTÃO  
4. RTD  
2  
de Janeiro - 1972

9.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

9.2 Aplica-se à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404/76 sobre assembleia geral de acionistas. A Assembléia de Debenturistas será realizada, obrigatoriamente, no Município de São Paulo.

9.3 A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada (i) pelo Agente Fiduciário; (ii) pela Emissora; (iii) por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação; ou (iv) pela CVM.

9.4 A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

9.5 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais dos Debenturistas.

9.6 O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

9.7 A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

enturista

Felipe de Mello

JURIDICO

ar

2

ADOS

31 AGO 2010 1622180

RECEBIMOS DA EMISSORA  
DEBENTURAS EM CIRCULAÇÃO

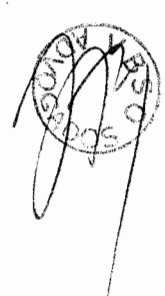
9.8 Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, exceto quando de outra forma prevista nesta Escritura e nas hipóteses de alteração de prazos, da garantia fidejussória concedida aos Debenturistas, valor e forma de remuneração, amortização e/ou resgate ou das hipóteses de vencimento antecipado, que dependerão da aprovação de 3/4 (três quartos) das Debêntures em Circulação.

9.8.1 A alteração dos quoruns qualificados previstos na presente Escritura dependerão da aprovação da totalidade das Debêntures em Circulação.

## 10. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO

10.1 O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora que:

- i) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- ii) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- iii) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- iv) as pessoas que o representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- v) sob as penas da lei, não tem nenhum impedimento legal, conforme definido no artigo 66, §3º, da Lei 6.404/76, e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83, para exercer a função que lhe é conferida;
- vi) aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;




31 AGO 2010 1622180

RECEBIMOS DA EMISSORA  
DE RENDIMENTOS

- vii) aceita integralmente esta Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- viii) está devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- ix) verificou, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento;
- x) não possui qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções; e
- xi) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesses previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28/03.

## 11. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DA INTERVENIENTE GARANTIDORA

11.1 A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário que:

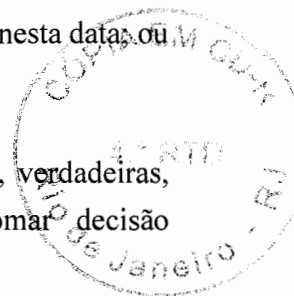
- i) é companhia aberta validamente constituída e existente, em situação regular, segundo as leis da República Federativa do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações nela previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, contratuais e estatutários necessários para tanto;
- iii) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- iv) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto; 



31 ACO 2010 1622180

R. EDUARDO DE SOUZA, 1622180  
DR. RAQUEL C. LAMOTHA

- v) a celebração da Escritura e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contratos ou instrumentos dos quais a Emissora seja parte, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de quaisquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes nesta data; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- vi) as informações constantes do Material de Divulgação são corretas, verdadeiras, suficientes e precisas, de modo a permitir ao investidor tomar decisão fundamentada acerca da subscrição das Debêntures;
- vii) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto a inscrição da Escritura na JUCESP e o registro das debêntures na CETIP;
- viii) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções em relação a esta Emissão;
- ix) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei nº 6.404/76 e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- x) manterá os seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes de mercado;
- xi) não há, na data de assinatura desta Escritura, e que seja de seu conhecimento, outros processos administrativos e judiciais em que a Emissora seja parte além daqueles apresentados em relatório interno de acompanhamento processual e/ou divulgado nas demonstrações financeiras da Emissora devidamente auditadas e apresentados aos assessores legais da Emissão, no âmbito da auditoria legal realizada entre os dias 13 de agosto de 2010 e 30 de agosto de 2010;



31 AGO 2016 1622180

RECEBIMOS E REGISTRAMOS  
O R. RAPOSA, EM 01/07/2016

- xii) não há nas certidões de tributos municipais e estaduais indicação de não recolhimento ou irregularidade no recolhimento destes tributos além daqueles objeto de discussões administrativa e judiciais demonstrados nos relatório indicado no subitem anterior; e
- xiii) está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios.



11.2 A Interveniente Garantidora declara e garante ao Agente Fiduciário que:

- i) é companhia validamente constituída e existente, em situação regular, segundo as leis da República Federativa do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações nela previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, contratuais e estatutários necessários para tanto;
- iii) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Interveniente Garantidora;
- iv) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- v) a celebração da Escritura e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contratos ou instrumentos dos quais a Interveniente Garantidora seja parte, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de quaisquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Interveniente Garantidora, exceto por aqueles já existentes nesta data; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

Felipe de A. Mello  
FIDUCIÁRIO

*[Handwritten signature]*

COPIA EM COM  
7005



- de, ou  
tório, é  
rigações  
Emissão

## 12. DISPOSIÇÕES GERAIS

i) Para a Emissora:

ii) Para o Agente Fiduciário:

5

31 400 2010 1522180

R. DE... S. PAULO  
PR. NAD... S. PAULO

Avenida das Américas, 4.200, sala 514, bloco 4, Sala 514 - Edifício Buenos Aires

22640-102 – Rio de Janeiro – RJ

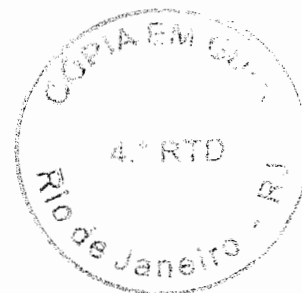
At.: Marcelo da Costa Ribeiro

Tel.: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

E-mail: [marcelo@pentagonotrustee.com.br](mailto:marcelo@pentagonotrustee.com.br)

c/c: [trustee@pentagonotrustee.com.br](mailto:trustee@pentagonotrustee.com.br)



iii) para o Banco Mandatário e Instituição Depositária:

Banco Bradesco S.A.

Cidade de Deus, s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar

06029-900 – Vila Yara – Osasco – SP

At.: Departamento de Ações e Custódia

iv) para a CETIP:

CETIP S.A – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos

Av. República do Chile, 230, 11º andar

20031-170 - Rio de Janeiro – RJ

Telefone: (21) 2276-7474

Fax: (21) 2252-4308/2262-5481

ou

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar, Jardim Paulistano

01452-002 – São Paulo – SP

Telefone: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3111-1564

Correio eletrônico: [gr.debentures@cetip.com.br](mailto:gr.debentures@cetip.com.br)

v) para a Interveniente Garantidora:

JHSF Incorporações Ltda.



OK

Handwritten signature



ALL INFORMATION CONTAINED HEREIN IS UNCLASSIFIED  
DATE 08-11-2010 BY 60322 UCBAW

Fax: (11) 3702-2350

recebidas sob  
por telegrama

12.5 Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.



31 AGO 2010

1622190

R. BENJAMIM GUERREIRO, 100 - SÃO PAULO  
DR. RALF CLAUDIO SARGENTIA

12.6 Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura.

12.7 Esta Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes por si e seus sucessores.

### 13. FORO

13.1 Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

São Paulo, 25 de agosto de 2010

(assinaturas na página seguinte)

ee



Handwritten signature.

Handwritten signature.



31 AGO 2010 16:22:180

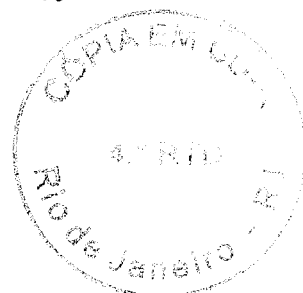
RECEBIMOS EM 31/08/2010  
EM RUA ISLA GOMES

(Esta é a página de assinaturas 1/1 da Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da JHSF Participações S.A., celebrada em 25 de agosto de 2010 entre JHSF Participações S.A., Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, com a interveniência da JHSF Incorporações S.A.)

JHSF PARTICIPAÇÕES S.A.

Por: EDUARDO CÂMARA  
Cargo: DIRETOR

Por: GABRIEL RIBEIRO  
Cargo: DIRETOR



Mariza Lago Zanoti  
PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES  
MOBILIÁRIOS

Por: MARIZA LAGO ZANOTI  
Cargo: PROCURADORA

JHSF INCORPORAÇÕES S.A.

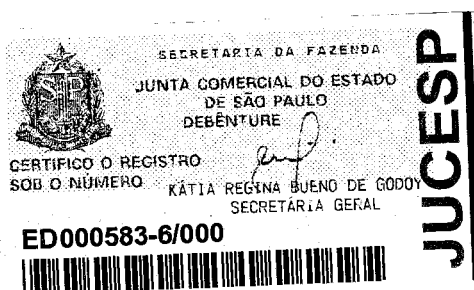
Por: EDUARDO CÂMARA  
Cargo: DIRETOR

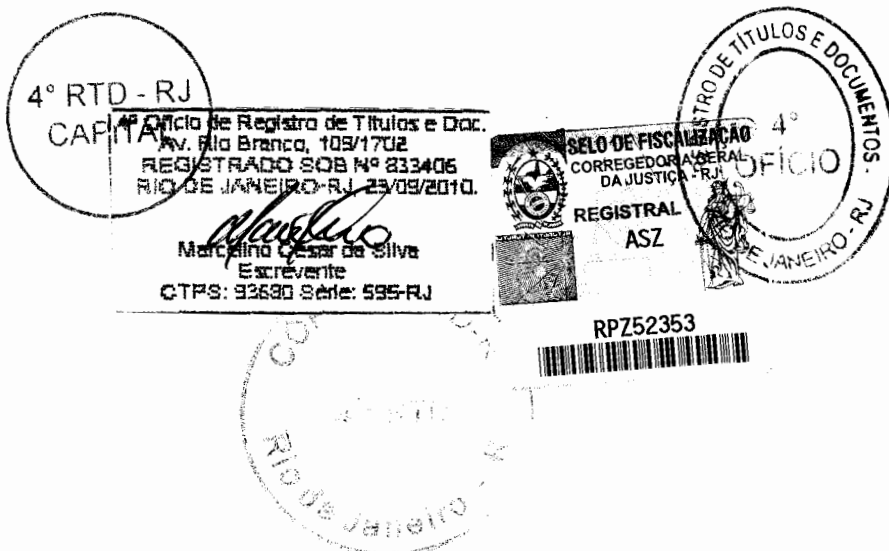
Por: GABRIEL RIBEIRO  
Cargo: DIRETOR

Testemunhas:

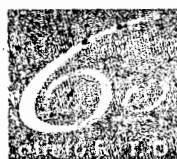
1.   
Nome: Ronaldo Motauni  
RG.: 14.993.788-7

2.   
Nome: Leiza Carla Gomes  
RG.: 24.257.194-8





**6.º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica**



Apresentado hoje, protocolado e registrado  
em microfilme sob nº **1622180**

São Paulo **31 AGO 2010**

Oficial Radislau Lamotta  
e Escreventes Autorizados

Rua Benjamin Constant, 152. São Paulo S.P.  
CEP. 01005-000. Fone 3107.0031. Fax. 3106.3142

**6º Oficial de Registro de Títulos e Documentos  
e Civil de Pessoa Jurídica**

Emolumentos: R\$ 6.636,66 Estado: R\$ 1.886,23  
Ipsesp: R\$ 739,20 Registro Civil: R\$ 349,30  
TJ: R\$ 349,30 TOTAL: R\$ 10.618,89  
Selos e Taxas recolhidos por Guia

## ANEXO I

*Este Anexo I é parte integrante Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da JHSF Participações S.A., firmada entre JHSF Participações S.A. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, com a interveniência de JHSF Incorporações S.A., em 25 de agosto de 2010.*

## GLOSSÁRIO

Agente Fiduciário

Pentágono S.A. DTVM

ANBIMA

Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais.

Assembléia Geral ou Assembléia Geral de Debenturistas

Assembléia Geral de Debenturistas.

Banco Mandatário

Banco Bradesco S.A.

CETIP

CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.

CNPJ/MF

Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda.

Conta Vinculada

Conta de depósitos nº 5.820-3, de titularidade da Emissora, mantida na agência nº 3064-3 do Banco do Brasil S.A.

Contrato de Colocação

Instrumento Particular de Colocação de Debêntures Simples, da Espécie Quirografária, Não Conversíveis em Ações, Sob Regime de Garantia Firme de Subscrição, em Série Única, da 2ª Emissão Pública da JHSF



31 AGO 2010 1622180

R. DE CARLOS ALBERTO DE SAULC  
DR. WILSON L. L. L. L.

Participações S.A., celebrado entre BB-Banco de Investimento S.A. e a Emissora.

CVM

Comissão de Valores Mobiliários.

Data de Emissão

30 de agosto de 2010.

Data de Pagamento  
de Remuneração

de Datas em que a Emissora pagará a Remuneração aos  
Debenturistas, conforme previsto nesta Escritura.

Data de Vencimento

30 de agosto de 2015.

Debêntures

As 250 (duzentas e cinquenta) debêntures simples, não  
convertíveis em ações, da espécie quirografária, da 2ª  
emissão da JHSF Participações S.A.

Debêntures em Circulação

Todas as Debêntures subscritas, excluídas (i) aquelas  
mantidas em tesouraria pela Emissora; e (ii) as de  
titularidade de (a) empresas controladas, direta ou  
indiretamente, pela Emissora; (b) acionistas  
controladores e empresas controladoras, direta ou  
indiretamente, da Emissora; e (c) administradores da  
Emissora, incluindo cônjuges e parentes até 2º grau.

Debenturistas

Os titulares das Debêntures.

Dívida Financeira Líquida do  
Grupo

É o somatório dos valores das seguintes contas das  
demonstrações financeiras consolidadas da Emissora:  
empréstimos e financiamentos do passivo circulante,  
debêntures do passivo circulante, empréstimos e  
financiamentos do passivo exigível a longo prazo e  
debêntures do passivo exigível a longo prazo,  
acrescidos, ainda, dos valores de quaisquer outras  
dívidas financeiras onerosas da Emissora, incluindo:

EC

47



Assinatura de [nome] e [nome]  
[nome] - RJ  
[nome] - RJ





31 AGO 2010 1622180

RETIPOGRAFIA DE PAULO  
CH. RAQUEL LAMINI A

operações ativas e passivas com derivativos em que a Emissora seja parte, subtraído deste somatório o valor das disponibilidades do ativo circulante, nas datas-base de cálculo do Índice Financeiro, conforme estabelecido nesta Escritura, de modo a refletir o endividamento líquido total do grupo econômico do qual a Emissora faz parte.

EBITDA do Grupo

É o EBITDA do grupo econômico de que a Emissora faz parte, apurado pelo Agente Fiduciário em bases consolidadas, equivalente igual ao lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido e da reversão dos juros sobre o capital próprio, do resultado não operacional, do resultado financeiro líquido, da equivalência patrimonial e das despesas de depreciação e amortização, e de outras receitas (despesas) líquidas (definido como ganhos e perdas na realização ou na baixa de itens do ativo permanente).

Emissão

2ª (segunda) Emissão de debêntures da Emissora.

Emissora

JHSF Participações S.A.

Encargos Moratórios

Encargos moratórios previstos no item 5.9.3 desta Escritura.

Escritura

A presente Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da JHSF Participações S.A.

IGP-M

Índice Geral de Preços - Mercado, calculado e divulgado

Felipe de A. Melo  
JURÍDICO

DO NOTO  
DOS

31 AGO 2016 16:22:130

RUBRICADO EM 16/02/2016  
DR. RADICLAUDLANEIA

pela Fundação Getúlio Vargas.

Índice Financeiro

É a razão entre a Dívida Líquida Financeira do Grupo e o EBITDA do Grupo, conforme calculado na forma prevista nesta Escritura.

Instituição Depositária

Banco Bradesco S.A.

Instrução CVM nº 28/83

Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada.

Instrução CVM nº 358/02

Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada.

Instrução CVM nº 409/04

Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada.

Instrução CVM nº 476/09

Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009.

Interveniente Garantidora

JHSF Incorporações S.A.

Investidores Qualificados

São os investidores qualificados definidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, observado, para efeito do disposto na Instrução CVM nº 476/09 e na presente Escritura, que (i) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, mesmo que se destinem a investidores não-qualificados; (ii) fundos de investimento cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos nesta Escritura e no Contrato de Colocação; e (iii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM nº 409/04, deverão

Felipe de A. Mello  
ABRIL  
JURÍDICO

ABRIL  
JURÍDICO

subscriver, no âmbito da oferta pública das Debêntures, valores mobiliários no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

JUCESP

Junta Comercial do Estado de São Paulo.

Lei nº 6.404/76

Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.

Material de Divulgação

Material de Divulgação referente à Distribuição Pública Com Esforços Restritos de Colocação de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, Da Espécie Quirografária, da 2ª Emissão da JHSF Participações S.A.

Período de Capitalização

Intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento dos juros imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento de juros correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

RCA

Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 25 de agosto de 2010, que deliberou a realização da Emissão.

Remuneração

Juros correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI, capitalizada de uma sobretaxa de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento), expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário desde a Data de Emissão até a

EC

Felipe de A. Mello  
JURÍDICO  
50

31 AGO 2010 1622180

respectiva Data de Vencimento.

SND

Módulo Nacional de Debêntures.

Taxa DI

Taxa média diária dos depósitos interfinanceiros, DI de um dia, over extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>).

Valor Garantido

Valor total das obrigações inerentes à Emissão garantidos pela Interviente Garantidora, que inclui: (i) o Valor Nominal das Debêntures, acrescido da Remuneração e dos Encargos Moratórios, calculados nos termos desta Escritura, bem como (ii) todos os acessórios ao principal, inclusive honorários do Agente Fiduciário e as despesas judiciais e verbas indenizatórias, quando houver.

Valor Nominal ou Valor Nominal Unitário

O valor nominal unitário de cada Debênture, equivalente a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) na Data de Emissão.

EC

AR

Felipe de A. Mello  
ABRIL  
JURÍDICO

JO

ABRIL  
JURÍDICO